

Como citar este artigo:

TRAVAGLIA, Luiz Carlos (2006). Ensino de gramática e identidade: estabelecimento e apagamento. In BASTOS, Neusa Barbosa (org.). **Língua Portuguesa - Reflexões lusófonas**. São Paulo: Editora PUC-SP/EDUC, 2006. p. 261-275.

Ensino de gramática e identidade: estabelecimento e apagamento*

*Luiz Carlos Travaglia***

Hoje em dia tem-se falado muito em identidade nos estudos lingüísticos. A questão do ensino/aprendizagem de língua materna sempre foi uma preocupação dos estudiosos da língua, a ponto de se criar um ramo de estudos que é a lingüística aplicada, que hoje não trata apenas da questão do ensino. Falar de um tema envolvendo ensino de gramática e identidade exige que inicialmente nos posicionemos sobre estes dois aspectos: gramática e identidade.

Quando falamos em *gramática*, podemos pensar basicamente em três elementos distintos, que nos dão as três concepções básicas de gramática e que são as que nos interessam:

- a) gramática pode ser entendida como o próprio *mecanismo da língua* e que a configura enquanto tal em sua constituição e funcionamento. É este mecanismo que todo falante de uma língua domina e usa de modo automático para se comunicar falando/ouvindo, e após aprendizado específico escrevendo/lendo e essa gramática está na mente do usuário da língua;
- b) gramática pode ser definida como a explicitação desse mecanismo presente na mente dos usuários da língua, resultado dos estudos lingüísticos. É a *gramática descritiva*;

* Agradeço à Profa. Dra. Alice Cunha de Freitas, do ILEEL/UFU, suas pertinentes lições sobre identidade.

** UFU.

- c) gramática pode ser vista como um conjunto de normas para bem usar a língua, para bem falar ou escrever, que é a *gramática normativa*. A gramática normativa foi/é construída atribuindo validade apenas a um conjunto de modos e formas de uso da língua com base em critérios diversos tais como o prestígio social (econômico, político, cultural) dos falantes, a lógica, a comunicação eficiente, a estética, a identidade nacional (vejam-se as recomendações contra os estrangeirismos). Hoje há uma tentativa de fazer com que a gramática normativa seja vista mais como um conjunto de normas sociais (equivalendo a uma espécie de etiqueta) de uso da língua.

Quanto à *identidade*, desculpem-me os especialistas na área pelas imprecisões, podemos vê-la como a ou as imagens que temos de nós. Parece que ela se constitui por meio do outro: nós somos os outros, como os outros nos vêem ou como nos vemos no outro, num efeito espelho. Assim nossa identidade masculina ou feminina (de masculinidade ou feminilidade) se constitui por meio do que vemos nos que nos rodeiam e que de certo modo discursivizamos como a imagem que existe, que vale. Geralmente, a identidade não se constitui de modo unitário, somos feixes identitários e a identidade é o resultado dos vários posicionamentos discursivos que assumimos. Aspectos de nossa identidade “surtem de nosso ‘pertencimento’ a culturas étnicas, raciais, lingüísticas, religiosas e, acima de tudo, nacionais” (Hall, 2000, p. 8) e também de classe, gênero, sexualidade entre outros. Sou homem ou mulher; sou brasileiro; sou pai; sou cristão; sou mineiro, gaúcho ou carioca; sou professor; sou liberal ou conservador; sou negro ou branco. Mas o que é cada um desses elementos identitários? Uma imagem discursivizada com aspectos componentes de masculinidade e feminilidade; de brasilidade ou outra nacionalidade; de paternidade; de cristandade; de mineiridade, gauchez ou carioquez; do que é ser professor; de liberalidade ou conservadorismo; de negritude ou branquidade. Cada indivíduo ou grupo tem em sua identidade vários desses elementos identitários que podem ser mais ideológicos do que empíricos: como no caso de se identificarem diferentes raças humanas, quando na verdade a biologia já comprovou que só há uma raça humana e que os traços superficiais (cor de pele, tipo e cor de olho, cabelo, etc.) são detalhes mínimos que não configuram raças diferentes.

A visão pós-moderna de identidade é não essencialista, isto é, a identidade não é vista como algo uno e acabado. Não há uma identidade fixa, essencial ou permanente. Há apenas aspectos da identidade, identificadores da identidade, que são mutáveis e reivindicados pelo identi-

ficado. Essa reivindicação acontece por razões diversas, inclusive por razões de sobrevivência e o que se reivindica pode mudar de acordo com o momento. Por exemplo, o estabelecimento de cotas para negros na universidade levou candidatos à uma vaga na universidade, que de forma alguma seriam vistos como negros (inclusive uma jovem loura), a dizer que eram negros e demandar as vantagens atribuídas aos indivíduos identificados como negros. Um repórter gaúcho pode apagar as marcas de sua fala regional, reivindicando uma identidade mais geral de brasilidade, porque lhe interessa trabalhar em uma rede de abrangência nacional. Neste caso a reivindicação é uma estratégia para obter e manter uma posição social. Mesmo no caso de identidades que parecem ter uma origem essencial como as que dependem de fatores biológicos como a masculinidade *versus* feminilidade ou paternidade *versus* maternidade, dependem de outros fatores e de reivindicação. Quem já não ouviu homens dizendo que são mães de seus filhos, usando para isto traços culturais da maternidade.

O indivíduo pode reivindicar uma identidade ou traços dela, mas pode também buscar apagá-los, dependendo do interesse. É o caso, por exemplo, de um grupo étnico perseguido. Alguns indivíduos podem querer e agir para apagar os traços ou fatores identitários para sobreviver. Importante para nós aqui é lembrar que reivindicar **X** sempre apaga **Y**.

A identidade implica *diferenças*. Na verdade, “as identidades são fabricadas por meio da marcação da diferença. Essa marcação da diferença ocorre tanto por meio de sistemas *simbólicos* de representação, quanto por meio de formas de exclusão *social*” (Woodward, 2000, p. 39). A diferença, portanto, separa uma identidade de outra(s). Se sou **X** sou diferente de **Y**. Essas diferenças é que permitem estabelecer o significado de dados elementos para o identificado. A existência de várias identidades possíveis em um campo tem um efeito desestabilizador. É-se obrigado a sair da comodidade do único e certo para conviver com as *diferenças* muito mais difícil e menos estável. Assim, por exemplo, se linguisticamente reivindico uma identidade de mineiridade apago tudo o que é diferente: gauchez, carioquez, nordestinidade, caipirice, etc. Somente discutimos a identidade e ela só se torna algo discutível, um problema, quando de algum modo sentimos que a identidade está em crise. Assim só se fala em problemas de *identidade linguística* quando algo na experiência cria dúvida e incerteza. Qual é a forma de língua que deve ser a adotada: a que aprendi em meu grupo ou algo distinto (a norma culta e padrão)? A norma culta que identifica algo de prestígio na sociedade e cultura é uma só ou temos um descentramento porque há várias

possibilidades e diferenças dentro do que julgávamos ou queríamos que fosse uno? Na verdade há sempre diferentes “posições de sujeito”, ou seja, identidades para os indivíduos que os colocam em conflito quando os elementos de uma não se coadunam com os elementos de outra ou outras possibilidades.

Alguns, como os psicanalistas, distinguem entre *identidade* e *identificação*. Identidade seria ligado a algo pronto, no final de um processo; enquanto identificação seria ligado a um processo, a algo em construção.

A língua funciona como um *instrumento de identidade*:

- a) de *indivíduos*: neste caso ter-se-á de trabalhar com conceitos como o de estilo pessoal, como nas análises de estilos de autor no campo dos estudos literários e menos formalmente na identificação de indivíduos pelo seu modo de dizer. Isto tem a ver com a identidade como marca pessoal;
- b) *nacional*: aqui ter-se-á de pensar conceitos como os de língua nacional e língua padrão;
- c) *de grupos*: aqui ter-se-á que tratar mais de conceitos de variedades lingüísticas, sobretudo as variedades dialetais, mas, em dada dimensão, também as variedades de registro. Parece que aqui poder-se-ia também pensar em conceitos como o de estilo de época da literatura.

Creemos que a gramática que está ligada à questão da identidade é o mecanismo lingüístico que permite ao falante o uso da língua. Portanto, não é a teoria lingüística (gramática descritiva), nem o manual de bem falar e escrever (gramática normativa), embora esta tenha um papel importante na atuação da escola quanto ao estabelecimento de uma identidade no que diz respeito a nossa imagem como usuários de uma língua. Portanto, é a gramática internalizada que funciona como instrumento de identificação e de identidade.

No que diz respeito à identidade de indivíduos, a questão do estilo pessoal parece adquirir maior importância em sua relação com a questão da autoria e da crítica e, parece-nos, não apresenta especial interesse para a questão do ensino, a não ser aquele que se relaciona com a competência de fruição da obra de arte literária.

Quanto à identidade nacional, à nacionalidade de alguém, a língua tem sempre um papel importante e fundamental, fundador mesmo. Ninguém pode se apresentar com uma dada identidade nacional, uma nacionalidade se não domina perfeitamente, inclusive sem sotaques, o uso da língua que é constituinte dessa nacionalidade. No ensino de língua

estrangeira essa questão da identidade nacional será importante. No ensino de língua materna isto não tem uma importância muito grande a não ser no que respeita à formação do amor, do respeito, da consideração pela língua nacional e do desejo de defesa da mesma. Essa valorização da língua nacional liga-se a ideologias nacionalistas e pode ser questionada em termos de visões outras que propõem a integração da humanidade como um só bloco. Mas isto será coisa para um futuro não muito próximo e que só acontecerá com mudanças profundas na visão dos homens sobre essas questões. O que prevalece hoje é a defesa do idioma nacional contra os ataques e infiltrações de outras línguas com suas estratégias e recursos de infiltração para solapar uma identidade de modo a facilitar dominações culturais a serviço de interesses diversos de natureza sobretudo comercial e política. É neste quadro identitário que se insere a discussão dos estrangeirismos e a utilização, na vida de uma nação, de línguas que não sejam a língua oficial. Percebe-se aqui o efeito desestabilizador da diferença porque nesses embates há sempre a disputa entre duas culturas pelo domínio de um povo. Isto ficou muito evidente no passado quando a conquista de territórios seguia uma dominação/imposição cultural, como aconteceu no império romano, levando posteriormente à formação das línguas neolatinas, onde houve maior aquiescência.

Mas o que nos parece mais pertinente discutir na relação com o ensino de língua materna é a língua como fator identitário de grupos. Sabemos que cada grupo tem uma identidade. Os grupos sociais vão se formar e se constituir em função do lugar onde se vive, da classe social, do sexo, da idade, das funções e papéis que têm dentro do grupo social, de "raças". Evidentemente, tais grupos se formam dentro de um processo histórico.

Cada grupo social acaba por constituir uma forma própria de usar determinada língua, o que gera os dialetos regionais, sociais, de sexo, de idade, de profissões e outras funções e papéis, muitas vezes de raças e registros mais ou menos formais, mais ou menos técnicos, cortesês, inclusive estabelecendo, sobretudo para os registros, que usos da língua são ou não formais, são ou não técnicos, são ou não cortesês, etc. Ficam estabelecidas assim as variedades lingüísticas.

Sabemos que cada variedade lingüística tem uma gramática. Evidentemente, como são variedades de uma mesma língua, vão ter muito em comum, mas há traços particulares que vão atuar para a identificação e a identidade grupal de indivíduos. Assim identificamos alguém como gaúcho² ou mineiro ou carioca ou nordestino por seu modo de falar. Um indivíduo se marca como educado, gentil ou não, como culto ou não em

função dos recursos da língua que usa. Aceitamos alguém ou não como membro da comunidade científica em função de como domina e usa uma linguagem técnica e a construção de determinados gêneros de texto. Aliás, gostaria de registrar aqui, que, lingüisticamente, um dos elementos de identidade sociocultural são os gêneros de texto, uma vez que se admite que estes são uma forma de ação social e que são muito ligados à identidade da cultura que os produz, uma vez que cada sociedade e cultura os realiza de modo particular, mesmo quando são gêneros presentes em várias culturas como piadas, romances, cartas, telefonemas, aulas. Eles são um fator de identidade porque cada grupo sociocultural os organiza de dada forma como megainstrumento de comunicação e muitos deles são específicos de dados grupos dentro de uma sociedade maior, quando se pensa em gêneros jornalísticos, religiosos, acadêmicos, jurídicos, administrativos, médicos, etc. Evidentemente, o uso de gêneros de um dado grupo é uma forma de reivindicação de identidade, assim como o uso de qualquer tipo de recurso da língua que é marca de uma identidade. Um exemplo disso é que logo taxamos de “doutor/médico” qualquer um que se ponha a dar receitas de qualquer tipo de remédio para doenças de familiares e amigos.

Assim, para o Brasil, temos como fator de identidade nacional a Língua Portuguesa.³ Mas dentro de nossa nação há dialetos e o uso de registros diversos que vão criar identidades grupais e permitir identificações. Dentro da sociedade, certos grupos vão ser marcados negativamente e conseqüentemente também sua forma de usar a língua. Aparece então uma atitude pejorativa, de discriminação e exclusão social, que leva muitos elementos do grupo marcado negativamente a buscar ou o apagamento do que revela a identidade desvalorizada pela sociedade, quando, por alguma razão, acontece a aquiescência, ou a resistir seja explicitamente e por vezes de forma violenta, seja à socapa e com argúcia.

-
- 2 No caso de certos grupos, eles podem ser identificados, por exemplo, por seu vestuário típico, característico, o que tem sido apagado na sociedade contemporânea pela universalização da moda e uniformização dos modos de vestir.
 - 3 Não vamos discutir a questão identitária de outras nações que usam o português como língua nacional. Pode-se ver uma grande comunidade de Língua Portuguesa com “dialetos” distintos, marcando cada nacionalidade. Veja-se identitariamente a discussão de se temos uma Língua Portuguesa ou uma Língua Brasileira no Brasil. Há questões difíceis nesta discussão como estabelecer qual é o papel identitário do português em uma nação como Moçambique diante do fato de que lá apenas uns três milhões de habitantes (numa população que é 5 a 7 vezes maior) fala português.

Diante do fato de que uma língua tem várias gramáticas em função de suas variedades e de que estas não são vistas do mesmo modo do ponto de vista valorativo, a grande pergunta é: o que fazer na escola? Que gramática ensinar na escola?

Tenho proposto, em função de critérios e fatores diversos de natureza política, educacional e lingüístico-científica que trabalhem com a gramática atendendo às seguintes opções:

1. quanto aos *dialetos*:

- a) trabalhar uma variedade lingüística contemporânea, de hoje;
- b) trabalhar dentro de um dialeto da região (embora dando notícia da existência de dialetos regionais outros, inclusive para evitar atitudes de preconceito, aprendendo a viver com a diferença também neste particular);
- c) mostrar a existência e algumas diferenças entre dialetos sociais não só em termos de classes sócioeconômicas, mas também de outros grupos sociais tais como profissões, cientistas e literatos, marginais, surfistas, etc., o que inclui aqui as gírias;
- d) dar notícia da existência: d.1) dos dialetos na dimensão da história apontando sua existência e com consciência dos mesmos, inclusive para não cobrar ou exigir dos alunos o uso de arcaísmos, o que se faz muito freqüentemente na busca do domínio pelos alunos de uma norma culta. Este é o caso por exemplo da concordância na passiva sintética e de certas regências verbais como a do verbo assistir com a preposição em (sentido de morar), hoje claramente um arcaísmo e com a preposição a (sentido de presenciar), caso em que hoje temos, no mínimo um caso de variação lingüística; d.2) dos dialetos na dimensão do sexo e da função (este tipo de dialeto praticamente inexistente no português) que devem ser apenas noticiados, porque o espelhamento identitário nestes aspectos é muito forte dentro da sociedade e a escola não precisa de modo algum ensinar alguém a falar como homem ou mulher ou como os membros de um dado grupo funcional, pois eles já se adaptam de forma quase automática e irreversível, usando os padrões pertinentes a estas variedades, sob pena de não serem aceitos ou sofrerem discriminações;
- e) trabalhar a diferença entre norma culta e não-culta, ensinando a norma culta;

2. no que diz respeito às *modalidades* da língua trabalhar as especificidades e diferenças entre língua oral e escrita. Acreditamos que as diferenças entre língua oral e escrita, enquanto tal, não têm um papel identitário. O que funciona nas modalidades identitariamente é antes a presença de elementos nas duas de marcas de outras variedades da língua;

3. relativamente aos *registros* observar essencialmente o seguinte:

- a) trabalhar a diferença entre formal e coloquial;
- b) trabalhar os registros na dimensão da sintonia, no que se refere ao *status*, à cortesia e à tecnicidade;
- c) a variedade lingüística relativa à sintonia na dimensão da norma não precisa ser trabalhada na escola.

Sabemos que algumas variedades lingüísticas e algumas formas e usos próprios dessas variedades são tratadas como não válidas ou menos válidas e geram atitudes de menosprezo, acarretando uma dimensão pejorativa e/ou de discriminação que se agrega a estas variedades e usos e se aplica aos seus usuários, porque terminam sendo fator de identificação de grupos de modo geral desvalorizados socialmente por razões diversas.

Assim, por exemplo, o dialeto caipira traz a pecha de ignorância, por isso é muito usado para textos humorísticos em que é usado para provocar o riso. A linguagem não-culta marca socialmente os indivíduos como menos cultos, não merecedores de ocupar certas posições/funções na sociedade ao mesmo tempo que seus usuários têm dificuldades maiores para acessar todo o patrimônio cultural de nossa sociedade. Daí ser uma decisão política, menos que lingüística ter que ensinar norma culta na escola.

Dessa forma a questão da linguagem como fator de identidade acrescenta mais uma questão a ser pensada com relação ao ensino de gramática inserido no contexto de ensino de língua materna nos ensinamentos fundamental e médio.

Qual a relação entre a questão da identidade e o ensino de gramática? O ensino de gramática afeta de alguma forma questões ligadas à identidade?

Creemos que há uma relação importante entre o ensino de gramática e a identidade no que diz respeito ao estabelecimento de uma identidade e o apagamento de outras, como já sugerimos no título, pois, como se sabe, dentro de uma mesma língua há várias gramáticas e a apresentação de uma e busca do domínio dela pode levar ao apagamento de outras, sobretudo dentro de certas perspectivas com que o ensino de língua

materna é feito. Neste particular cremos que a questão mais candente é a do ensino da norma culta que pode levar ao apagamento de fatores lingüísticos de identidade de grupos de naturezas diversas (especialmente os regionais e sociais).

Cada indivíduo e/ou grupo tem uma gramática internalizada que regula e rege seu uso cotidiano da língua em todos os aspectos, inclusive das categorias de texto que usa, como já dissemos. Ao chegar à escola, o indivíduo, que pertence a um dado grupo, tem uma marca identitária lingüística própria desse grupo que, com freqüência, pode ser reconhecida pelo outro e pode ser marcada por qualquer plano (fonético/fonológico, morfológico, sintático, semântico, pragmático) ou nível (lexical, frasal, textual) da língua. Assim, por exemplo, o gaúcho, o mineiro, o carioca, o nordestino, o caipira, entre outros, têm palavras próprias de seu dialeto regional, têm modos de dizer, sotaque, entonação, fones, etc. que nos permitem identificá-los como desse ou daquele grupo. Usando aspectos muito óbvios, por uma questão de facilidade, podemos lembrar alguns exemplos:

- a) o caipira diz coisas como: “corgo”, “muié”, usa rr retroflexos, apaga todos os rr e ss no final de verbos e nomes, faz concordâncias como “Nóis fumu”, cacofonias ridículas como “vaca de toca gado”, etc.;
- b) o mineiro diz “uai”, “trem”, “coisa”;
- c) o gaúcho fala “tchê”, usa “tri” como forma de ênfase, tem uma entonação mais cantante, como outros falares do sul do Brasil.

O usuário não culto tem uma série de formas, construções, usos e formas de dizer diferentes das do usuário culto, como, por exemplo, não usar pronome relativo. Estes elementos da gramática de cada um permite identificação de uma identidade pelas diferenças entre uma e outra gramática.

O ensino de língua materna na escola, tradicionalmente, pretendeu a substituição de uma gramática adquirida num dado meio social e grupo por uma gramática da norma culta, vista como única forma de linguagem com aprovação social e não sujeita a um olhar pejorativo eivado de preconceito lingüístico ou, no mínimo, de estranhamento, quando o espírito é de complacência com a “pobreza” do outro. Pelo que já foi dito, fica posto que essa substituição implicava e implica ainda o apagamento de uma identidade pelo estabelecimento de outra. Essa forma de apagamento pela substituição de uma gramática por outra se faz também em outras instâncias institucionais que não a escola: a) nas empresas; b) na mídia, que acaba exigindo uma norma culta e padrão, na medida em que apaga as diferenças e busca uma linguagem uniforme, sem características parti-

culares, nem mesmo sotaques em que se apresentam noticiários, shows, reportagens, etc. (Uma confirmação dessa ação da mídia pode ser vista na reportagem de *VEJA*, em 1/9/2004, sobre o *Jornal Nacional* da Rede Globo de televisão: “A guerra atrás das câmeras”, em que se afirma, à pág. 105, que “a diversidade de sotaques é valorizada no *Jornal Nacional*, mas com alguns cuidados: a) regionalismos são proibidos; b) o “s” chiado do Rio de Janeiro deve ser atenuado; c) o falar cantado, como o do Nordeste do Brasil, deve ser atenuado; d) nomes geográficos são pronunciados como se falam no local. Por exemplo: fala-se “Roráima”, e não “Roraima”, e “no Recife”, em vez de “em Recife”); c) nas igrejas; d) na administração pública; e) nas instituições da justiça e da legislação; etc. É pela demanda dessas instituições sociais que a escola faz este apagamento e estabelecimento de uma nova identidade lingüística, ou seja, a escola é antes um instrumento do que uma causa.

Esse apagamento por meio da “imposição” de uma norma única, tida como melhor e mais desejável por uma série de fatores nem sempre claros na cabeça das pessoas, inclusive da maioria dos professores de língua materna e por vezes até de alguns lingüistas, tem em tal “imposição” uma contraparte na “aquiescência” daqueles em que o apagamento/estabelecimento de uma identidade vai se operar. O apagamento só se faz com *aquiescência* que pode ter motivações diversas. Essa *aquiescência* pode ou não ser consciente por parte tanto de quem faz o apagamento ou de quem o sofre, mas carece sempre de uma motivação, de uma sedução que a justifica e a torna operacional e operante.

Um exemplo nítido da *aquiescência* que podemos apresentar em nossos dias atuais, e que não tem a ver com o ensino de língua materna nas escolas, mas com o confronto entre línguas em uma sociedade é o que acontece no Brasil em relação à língua inglesa. Hoje, no Brasil, temos um claro caso de *aquiescência* à intrusão em nossa identidade nacional do inglês que aparece entre outras evidências no grande número de escolas dessa língua no país, no fato de todos quererem falar inglês e em outros fatos tais como: camisetas com dizeres em inglês, propagandas em inglês, uso constante dessa língua em algumas áreas, inclusive em casos que o português tem recursos para exprimir os mesmos sentidos, como na economia, na vida empresarial, no comércio, na informática, na mídia (rádio, TV, jornais, revistas), moda, na designação de certas tecnologias, doenças, etc. Parece ser melhor ter feito um MBA do que um Curso de Especialização, a loja não dá desconto de 30%, mas sim vende 30% off, faz-se “delivery” e não entrega em domicílio, o programa de rádio não se chama “lembrando o passado”, mas “go back”, parece mais chique ser

“in” do que “estar por dentro” ou “ser atualizado”, e o que mais a memória puder lembrar. Por que isto acontece? Qual é a motivação? Parece ser a imagem do outro como algo melhor, é a busca de ser como outro: mais rico, mais poderoso, mais eficiente, mais inteligente, mais culto, mais qualquer outra coisa. Assim sendo, a nossa imagem discursivizada de brasileiro parece ser perdedora em relação à imagem da identidade da americanidade. Algumas pessoas, sobretudo jovens, usam léxico do inglês sem nem se dar conta de que não estão usando recursos do português (por exemplo, ao falar: “shopping center”, “big mac”, “out”, “in”, “franchising”, “top model”, inúmeros termos ligados aos esportes radicais e outros nem tanto, etc.)

Internamente, temos um mecanismo semelhante no jogo social entre a norma culta e sua gramática e as demais variedades da língua, se bem que, por nossa sugestão quanto às variedades a trabalhar na escola apresentada anteriormente de forma concisa, a questão não se reduz à oposição *culto versus não-culto*. Todavia, ela é de suma importância no jogo identitário entre os grupos de uma sociedade maior e por isto está merecendo atenção especial em nossa pequena reflexão sobre o assunto.

Quando a escola propõe ao aluno apagar os elementos lingüísticos de sua identidade **A**, para estabelecer como válidos e desejáveis aqueles que o farão pertencer a outro grupo identitário marcado pelos recursos e usos lingüísticos considerados como cultos, qual é o canto de sereia que se apresenta àqueles que têm de aquiescer e participar da realização desse processo? Qual é o prêmio que nós professores (agentes da escola que por sua vez é agente de quem?) prometemos como instrumento de sedução para que o aluno concorde em mudar de identidade lingüística? Com frequência, uma identidade tão distinta e distante da sua e que implica uma mudança tão grande quanto aquela que teríamos de enfrentar se, de repente, tivéssemos que deixar o português e passar a ter como fator de identidade outra língua qualquer. Na verdade, o aprendizado de uma língua ou de uma variedade outra de língua implica uma identidade/identificação com tal língua ou tal variedade. É o que acontece com a norma culta quando confrontada com outras variedades da língua.

Parece que a defesa do ensino de norma culta, com a qual se precisa estar de acordo, por razões político-culturais, tem se baseado sobretudo em dois argumentos básicos: a) possibilidade de acesso a toda a produção cultural registrada em norma culta; b) o prestígio social que o uso dessa variedade de língua acarreta/possibilita e a conseqüente possibilidade de mudança ou mobilidade dentro dos estratos sociais; portanto, aderir a algo melhor, mais rico, mais culto para ter prestígio e desfrutar de certos produtos sociais “reservados” a alguns grupos da sociedade.

Este parece ser o elemento de sedução que é utilizado pelos professores, pelo menos em parte dos casos, pois o que comumente se tem é uma imposição, sem qualquer explicação ou sedução consciente, o que, sem dúvida, cria, no mínimo, perplexidades, que poderiam ser evitadas ou minimizadas com um pouco de conscientização e conhecimento do que realmente está envolvido.

Não cabe, para o caso do ensino, a razão de aquiescer em mudar de identidade no fator lingüístico por empatia ou para ser simpático, como acontece nos casos de adoção rápida por alguém de modos de dizer de um grupo com o qual se simpatiza ou cuja simpatia se quer despertar, embora isto não seja assim tão simples. Neste caso temos uma variedade lingüística de registro na dimensão da sintonia e da variação de norma, aquela que se faz em termos do que julgamos que o outro aprova em termos lingüísticos. Isto acontece também com os alunos em termos da variedade culta em relação aos professores.

Não podemos nos contrapor a tais fatos, mas podemos discutir a forma como se apresenta a variedade culta ao aluno e se busca o domínio da mesma por ele. Nesta tarefa podemos agir pelo menos de duas maneiras:

1. na primeira ensina-se a norma culta como a única variedade válida da língua. Neste caso, o que se tem visto é que se passa como um rolo compressor sobre as variedades não-cultas utilizadas pelos alunos, apagando tudo ou pretensamente apagando tudo das variedades não-cultas a que então se opõe a culta. Ou seja, trabalha-se pela substituição de uma ou várias gramáticas pela da variedade culta, como gramática internalizada do usuário da língua. Isto corresponde a um apagamento de diversas identidades do ponto de vista do fator identitário que a língua é, e o estabelecimento de uma nova identidade. Esta possibilidade tem sido marcada hoje em dia por muitos estudiosos da questão como algo que é tradicional, porque sempre se fez, mas que é equivocada do ponto de vista científico da lingüística, não democrática e ruim do ponto de vista da pessoa, porque obriga o abandono daquilo que a maioria é, ou seja, o abandono de uma identidade, criando uma desestabilização.

Quando se diz que o apagamento é pretendido é porque parece que ele nunca ocorre totalmente. Parece haver uma resistência do falante em deixar a sua identidade original. É por esta razão que podemos ver casos diversos que evidenciam essa resistência: a) pessoas com formação culta que insistem em manter traços de sua identidade original, como o caso de uma colega doutora em lingüística que insiste em falar “ponhá”, como se faz muito no sul do Brasil, e não “pôr”, como recomenda a

norma culta em construções como “Vou pôr/ponhá o livro na sua sala”. Também o caso de um alto executivo que nunca deixou de dizer “tinha chego/pego”, marcando sua origem de suburbano carioca; b) o retorno constante ao uso da identidade pretensamente apagada quando se retorna ao grupo de origem, seja consciente ou não, pois, quando isto não ocorre, há conflitos; c) às vezes há resistências de grupos em confronto com outros, como Labov exemplifica com o inglês de Marta’s Vineyard e do “black English” e como se pode ver no retorno ao estudo e uso de línguas regionais suplantadas por línguas nacionais, como no caso do bretão na França e do catalão e do basco na Espanha. No Brasil isto parece não existir do mesmo modo, mas certos grupos de jovens, por exemplo, insistem em marcar lingüisticamente sua identidade em confronto com a homogeneização imposta por uma variedade culta e padrão, embora com freqüência aquiesçam a dominantes mais distanciados; d) a oposição que em muitos momentos se estabelece entre o português do Brasil e o de Portugal, por exemplo, embora inconscientemente a norma culta insista em manterem muitos padrões lingüísticos de Portugal, que não tem razão real para se manterem aqui. Aqui o que se tem é ainda a busca do maior prestígio que vem marcado desde os tempos coloniais no confronto entre a colônia e a metrópole, em que esta representava o melhor em todos os campos.

2. na segunda se apresenta a norma culta como uma variedade cujo aprendizado enseja inequívocas vantagens sociais (considere-se as razões apresentadas há pouco) e cujo aprendizado e domínio é desejável. Dessa forma acrescenta-se algo à competência lingüística do falante, mas não se busca apagar o que havia antes, embora isto possa acontecer, como diríamos, “naturalmente”, pela total aquiescência à nova forma. Assim não haveria apagamento, sendo esta possibilidade vista por muitos como mais moderna, boa e democrática.

Evidentemente, também ocorre uma aparente ação de acordo com a segunda opção, mas que, em realidade, não mantém o que já existia, pois se cobra o uso apenas da norma culta, com uma atitude de condescendência para com as outras variedades. A primeira opção vai estar mais ligada à postura que faz da diferença motivação de exclusão social. A segunda vai levar em conta as diferenças e administrar com mais consciência os embates gerados pelas diferenças. Parece-nos, pois, menos desestabilizadora e menos passível de gerar conflitos e, por isso, mais desejável, enquanto atitude daquele que ensina língua materna.

Quando a escola apaga identidades lingüísticas do aluno, condenando o que apaga, constrói uma representação do que ela considera como ideal, mas que na verdade nunca será real, como já dissemos anteriormente ao falarmos da resistência. Todavia, como as pessoas têm medo do que não é único e estável, temem a diferença e a instabilidade, os professores resistem em abrir mão da fixidez da norma culta, que, infelizmente, é altamente ilusória, mesmo porque talvez a maioria de nós nem sabe exatamente o que é, e como é essa norma culta.

Por alguns aspectos apresentados até aqui é preciso que consideremos um pouco a questão da *consciência* e da conscientização pela escola do que acontece em termos de identidade lingüística. É preciso que, no jogo entre variedades lingüísticas distintas com que se deve trabalhar na escola e, portanto, no embate entre identidades distintas, se possibilite uma consciência do que está realmente em jogo para, com bases científicas, evitar que se crie uma desestabilização maior do que aquela que vai acontecer de qualquer modo seja na passagem de uma identidade a outra, ou, se possível, porque parece melhor, no acréscimo de identidades que possam ser reivindicadas/utilizadas em momentos oportunos, conforme a conveniência do usuário. O trabalho sem consciência por parte do professor e sobretudo por parte do aluno, gera o preconceito lingüístico na relação identitária, o que vai ser altamente desestabilizador, gerando conflitos. A situação ideal de trabalho é aquela que evita ou reduz ao máximo possível uma desestabilização, pois esta pode gerar em casos extremos até conflitos armados. É preciso estruturar as atividades de ensino/aprendizagem de modo a permitir um desenvolvimento de competência comunicativa por meio do domínio de recursos lingüísticos que antes não se era capaz de utilizar, sem, todavia, ferir as identidades em convívio, sem fazer com que a diferença se torne preconceito, condenação e exclusão, num crescendo de malefícios.

No curto espaço de que dispúnhamos aqui, tentamos chamar a atenção para alguns aspectos importantes no ensino de língua materna no que diz respeito à relação entre identidade e ensino de língua materna em geral e ensino de gramática mais especificamente. Gostaríamos de concluir enfatizando que o que temos proposto para o trabalho de ensino/aprendizagem de língua materna nos ensinos fundamental e médio e mesmo no ensino superior é o domínio de recursos lingüísticos progressivamente mais numerosos e diversificados em todos os planos e níveis da língua com uma orientação sobre sua funcionalidade significativa na comunicação e na interação social, o que representa um desenvolvimento da competência comunicativa. Nesse trabalho deve estar

presente uma consciência e uma conscientização sobre o significado sociocultural identitário das variedades lingüísticas, pois estas permitem uma ampliação da competência comunicativa sem criar problemas de desestabilização de identidades que acarretem preconceitos e desvalorizações desnecessárias geradores de conflitos interiores ao indivíduo ou entre indivíduos, pois vivemos num mundo em que as sociedades já têm problemas demais a resolver, para criarmos, enquanto professores, mais um tipo de problema.

Referências bibliográficas

- HALL, S. (2000). *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. de Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. Rio de Janeiro, DP&A.
- TRAVAGLIA, L. C. (2003). *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática*. São Paulo, Cortez.
- _____. (2003). *Gramática: ensino plural: uma proposta para o ensino de gramática*. São Paulo, Cortez.
- WOODWARD, K. (2000). "Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual". In: SILVA, T. T. da (org.). *Identidade e diferença – A perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ, Vozes.